_ SEG_ Fernando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliu Lyra (quinzenal) _ Inaja Sartara (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatta (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábia Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

DORRIT HARAZIM

blogs.oglobo.globo.com/epiniao
editoria.artigos@oglobo.com.br

Dia infame

A última entrega de alimentos da ONU aos famintos da cidade de Gaza fora no dia 23 de janeiro. Perto de 250 mil civis palestinos vagavam entre as ruínas de suas vidas passadas havia 37 dias e 37 noites. Todo vestígio de comando ou estrutura administrativa havia sido erradicado pelos bombardeios e pela ocupação militar israelense. Mais de 1 milhão de famílias já haviam sido desterradas a fórceps para o sul. Os que permaneceram formavam um amontoado humano em meio ao nada, sem amanhã. O fundo do poço era ali: muitos alimentavam os filhos com ração animal, enquanto cães igualmente errantes se alimentavam de pedaços de carne humana entre destroços.

Foi nessas condições que Gaza chegou às primeiras horas da madrugada de quinta-feira, 29 de fevereiro deste ano bissexto. Dia infame.

Quando 39 caminhões da agência humanitária UNRWA foram percebidos adentrando a principal via litorânea, a notícia rastilhou na escuridão desértica. E o comboio que deveria levar a preciosa carga até o depósito de abastecimento, para distribuição *in loco*, se viu cercado por massas esfomeadas. Como não saquear?

— Trocamos a alma por um saco de farinha — resumiu o médico palestino Yehia Al Masri no New York Times.

A 250 metros de distância havia dois tanques israelenses; e um pouco mais adiante, uma base avançada das forças de ocupação. Foi das armas desses militares, segundo porta-vozes do próprio comando israelense, que partiram os disparos. Teriam sido "defensivos, só ocorreram porque a multidão se moveu de forma a colocar em perigo os soldados". Não para o resto do mundo, nem para boa parte de judeus não radicalizados pelo desgoverno Netanyahu. A extinção de vidas que já dura quase cinco meses é consequência do ódio — ódio ao palestino. Palestino terrorista ou palestino civil, de esquerda ou de direita, homem, mulher ou criança, esse estorvo de gente que teima em se dizer palestino nem sequer deveria existir.

Ao final do dia sangrento em que se misturaram mortos a tiros, sufocados na multidão e atropelados pelos caminhões em fuga, restaram indagações cruciais. O comando militar de Israel divulgou imagens de vídeo feitas por drones, sem áudio, em que se percebe claramente haver cortes, edição — dos fragmentos divulgados não constam imagens anteriores ao momento em que as massas humanas se põem a correr para longe dos caminhões. Há pessoas se arrastando no chão, buscando proteção ao abrigo de muros. Fugiam do quê?

A fuzilaria virou gatilho para desencadear cobranças, pedidos de investigação e acusações por parte de aliados históricos de Israel, repentinamente mais impacientes com Netanyahu que os países-irmãos árabes. Por ora, o presidente francês Emmanuel Macron é quem está em situação mais confortável, tem direito a arroubos tonitruantes. Ele é o único chefe de Estado que, desde o final do ano passado, tem um porta-helicópteros anfíbio da Marinha ancorado no litoral de Gaza, atendendo a feridos da invasão israelense. Também são franceses os aviões que despejam sobre Gaza suprimentos que nem sempre chegam a quem mais precisa deles — toda guerra, assim como a paz, tem seus atravessadores. Mas ao menos tentativas são feitas.

Nem isso o governo de Joe Biden tinha coragem de tentar até semana passada. Compreende-se: é de fato incongruente conciliar uma ação humanitária dos Estados Unidos para palestinos, quando estes são estraçalhados por armamentos israelenses financiados por Washington. Por três vezes desde o atentado terrorista do Hamas contra Israel, a embaixadora dos EUA na ONU ergueu o braço para votar no Conselho de Segurança. Por três vezes desde o atentado terrorista do Hamas contra Israel, a embaixadora dos Estados Unidos na ONU ergueu o braço direito para votar no Conselho de Segurança. Nas três vezes ela, Linda Thomas-Greenfield, vetou as diferentes propostas de cessar-fogo em Gaza, começando pela do Brasil. Receberá julgamento da História semelhante ao do ex-secretário de Estado do governo George Bush que forneceu dados falsos à ONU para favorecer a invasão do Iraque pelos americanos em 2003.

Fuzilaria virou gatilho para desencadear cobranças, pedidos de investigação e acusações por parte de aliados históricos de Israel

Quantos civis palestinos não precisariam ter morrido nestes quatro meses e 27 dias sem cessar-fogo? Quantos mais morrerão de fome, doenças, pisoteados ou a tiros antes que o mundo, envergonhado, force Israel a parar a insânia? Já são perto de 30 mil (e 70 mil feridos), segundo dados do Hamas que até mesmo o governo Biden aceita — mesmo número de soldados ucranianos mortos em dois anos de guerra. Melhor nem pensar por enquanto no que escondem os escombros de Gaza.

P.S.: Recomenda-se aqui um pequeno livro de grande utilidade para abrir mentes desarmadas, interessadas no viver alheio: "Tornar-se Palestina", de Lina Meruane. Nascida no Chile e residente em Nova York, a escritora de ascendência palestina convida o leitor a acompanhá-la na compreensão do que é ser palestino. Para quem não quer perder tempo com introitos, pode começar a viagem no capítulo II. Será uma viagem civilizatória que não necessita de concordância. Basta ser humano.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: bernardomf
bmf@oglobo.com.br

A cruzada de Michelle

Enquanto o marido clamava por anistia aos golpistas, Michelle Bolsonaro usou o comício da Avenida Paulista para promover outra causa: a supressão do Estado laico.

A ex-primeira-dama abriu o ato do último domingo, organizado pelo notório pastor Silas Malafaia. Do alto do trio elétrico, ela citou trechos da Bíblia, distribuiu aleluias e anunciou um projeto de dominação pela fé.

"Por um bom tempo, fomos negligentes a ponto de dizer que não poderiam misturar política com religião. E o mal ocupou o espaço. Chegou o momento, agora, da libertação", conclamou. "Nós te amamos, Pai. Nós te amamos e te pedimos que o Senhor estabeleça o seu reino no Brasil", prosseguiu.

Em tom messiânico, Michelle descreveu os seguidores de Bolsonaro como um "exército de Deus". "Somos um povo de bem, que defende valores e princípios cristãos", discursou. Em 15 minutos, ela citou Deus 38 vezes — sem contar 30 menções ao Senhor, quatro ao Pai e três a Jesus Cristo.

"Nós abençoamos o Brasil. Nós abençoamos Israel. Em nome de Jesus, amém!", exaltou, como se comandasse num culto evangélico. "Glória a Deus! Aleluias! Deus é bom! Deus é maravilhoso!", empolgou-se, dando pulinhos no palanque.

A ex-primeira-dama usava camiseta verde-amarela com o desenho da bandeira. No lugar do lema "Ordem e progresso", lia-se a convocação "Ore pelo Brasil". Não é preciso ter Ph.D. em semiótica para captar a mensagem.

A julgar pela pregação de Michelle, Deus tomou partido na polarização brasileira. "Meu marido foi escolhido", jurou a senhora. Ela descreveu a eleição de Bolsonaro como uma providência divina para salvar o país.

Ex-primeira-dama distribuiu aleluias, atacou o Estado laico e anunciou projeto de dominar pela fé. 'Meu marido foi escolhido', garantiu

"Aprouve Deus nos colocar na Presidência", discursou.

O Brasil separou Igreja e Estado ao proclamar a República, em 1889. Passados 135 anos, a ex-primeira-dama lança as bases de uma teocracia tropical. O ex-presidente já havia usado o nome de Deus ao registrar a coligação no TSE. Agora sua mulher investe abertamente contra a laicidade estatal.

A cruzada de Michelle tem um propósito claro: aumentar a adesão do eleitorado religioso ao projeto político da família. Com o capitão inelegível, ela também aproveita para se insinuar como opção para 2026.

Imunidade abençoada

Se só os evangélicos votassem, Bolsonaro teria sido reeleito com folga em 2022. Bateria Lula por 69% a 31%, segundo o último Datafolha.

Além de empunhar bandeiras ultraconservadoras e de indicar um pastor ao STF, o capitão ofereceu um pacote de benesses para fidelizar as grandes denominações. Perdoou dívidas fiscais, renovou concessões de TV e abasteceu emissoras religiosas com verbas de propaganda.

Ansioso para se aproximar dos evangélicos, o atual governo começa a flertar com a mesma tática de cooptação. Nesta terça, a Câmara abriu caminho para ampliar ainda mais a imunidade tributária das igrejas.

Apresentada pelo bispo Marcelo Crivella, a proposta passou por unanimidade numa comissão especial. Apesar do prejuízo aos cofres públicos, foi aprovada com a bênção do Planalto.

ARTIGO

Estigmas no banco dos réus

ANDRÉ RENNÓ CRUZ
E MARÍLIA RENNÓ

Atenção: alerta de *spoilers*.

Um dos filmes mais complexos e intrigantes dos últimos tempos, "Anatomia de uma queda" — da diretora francesa Justine Triet, vencedor da Palma de Ouro em Cannes e com cinco indicações ao Oscar — traz reflexões profundas sobre a alma humana, sobre culpa e frustrações, sobre relações conjugais e parentais, sexualidade, misoginia, entre vários outros temas, todos abordados em profundidade surpreendente. Não seria exagero dizer que o filme pode ser visto de modo diferente a partir do olhar de cada espectador.

Sandra, escritora interpretada pela sensacional Sandra Hüller, é suspeita de ter matado o marido numa casa isolada, tendo por perto apenas seu filho adolescente, com severa deficiência visual, interpretado pelo também espetacular Milo Machado Graner. Em sua maior parte, um tribunal é o palco em que os temas do filme são abordados, com cenas em *flashback* de um passado às vezes recente, outras nem tanto. No filme, nada sobra. Nenhum diálogo é supérfluo. A câmera evita captar reações da plateia ou dos outros integrantes da Corte, focando em quem fala, especialmente nas cenas em que a atenção se concentra em Sandra. Cabe ao espectador a busca da verdade, a cada cena, para concluir, ao final, que isso nem é o que mais importa.

O roteiro é brilhantemente construído para retirar a atenção do espectador da clássica dialética novelesca do "fez não fez" e dirigi-lo ao ponto central da narrativa: o fardo emocional imposto aos envolvidos no processo. Desde a agonia da réu até os picos de nervosismo e ansiedade dos advogados, sensações com que facilmente conseguimos nos identificar. "Anatomia de uma queda" deixa claro que o processo criminal, em si, já é uma forma de punição.

Filme 'Anatomia de uma queda' pode servir de ponto de partida para uma autocrítica social quanto à ânsia punitivista dominante

É facilmente identificável o que os espanhóis chamam de pena *de banquillo*, aquela imposta a alguém por meramente fazê-lo "sentar-se no banco dos réus". Essa impotência perante o espetáculo performático do tribunal se torna ainda mais humilhante quando o promotor de Justiça começa a se valer de ferramentas argumentativas distintas dos fatos discutidos no processo, para deslegitimar a personagem de Sandra em razão de seu gênero, sexualidade e condição de estrangeira.

Trazendo à discussão o passado da personagem e até trechos de sua obra de ficção (!) para tentar envolvê-la num suposto homicídio, a acusação estabelece com o júri popular um diálogo patriarcal e profundamente conservador. É sutilmente apoiada pela juíza, que permite tais recursos e faz poucas concessões à defesa. A cada áudio ouvido, texto lido e intimidade revelada, no frio plenário do Tribunal do Júri de Grenoble, uma imagem estigmatizada da protagonista é amargamente construída.

A universalidade da discussão é inquestionável, mas chega a ser surpreendente vivenciar tamanha angústia pelo cerceamento ao direito de defesa num país com sólida tradição democrática como a França. Trazer a situação, em perspectiva, para a realidade brasileira é inevitável e leva o espectador nacional a conjeturas mais sombrias.

Um filme único, que pode servir de ponto de partida para uma autocrítica social quanto à ânsia punitivista dominante, bem como à frágil defesa de quem se senta em um banco dos réus carregando os estigmas sociais, raciais, de gênero ou nacionalidade que lhe são impostos. Inverter a narrativa e criar a identificação do espectador com a personagem Sandra, levando-o a sofrer e sentir toda a sua angústia, em tamanha profundidade, é, sem dúvida, um dos maiores méritos da obra.

André Rennó Cruz e Marília Rennó
são advogados